



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Onde há fumaça, há fogo

Uma análise sobre a Intervenção Econômica do Estado e Percepção de
Corrupção no Mundo

Romualdo Gutemberg da Silva

Onde há fumaça, há fogo

Uma análise sobre a Intervenção Econômica do Estado e Percepção de
Corrupção no Mundo

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito para obtenção
do título de Licenciado em Ciências
Sociais, da Universidade Federal de
Alagoas, sob a orientação do Prof^o Dr.
Ranulfo Paranhos

Maceió-AL, out/2018

Folha de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Instituto de Ciências Sociais - ICS

Monografia de autoria de **Romualdo Gutemberg da Silva**, intitulada: “*Onde há Fumaça, há Fogo: Uma análise sobre a Intervenção Econômica do Estado e Percepção de Corrupção no Mundo*”, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 23 / 10 de 2018, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ranulfo Paranhos
Orientador (ICS/UFAL)

José Alexandre Júnior (ICS/UFAL)

Diego Freitas Rodrigues
Avaliador Externo (UNIT)

Maceió-AL, out/2018

DEDICATÓRIA

Agradeço a Deus por ter me dado à oportunidade de poder esta concluindo este curso com esse trabalho, pois nele está toda a minha confiança, dedico também aos meus pais Antonio Romualdo da silva neto e Vandete Godoi que sempre estiveram comigo, me incentivando a continuar. Ao meu professor Ranulfo Paranhos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus pais (Antonio Romualdo e Vandete), sou grato a eles, minha motivação vem deles, que nos momentos mais difíceis sempre estiveram do meu lado me apoiando em todas as minhas batalhas para que eu pudesse realizá-las. Às minhas irmãs (Rosemeyre e Rousewanda), que sempre deram força para continuar sempre com pensamentos positivos.

Agradeço a todo corpo docente do Instituto de Ciências Sociais (ICS) são meus amigos de graduação Viviane Melo, Vidna Leite, Mariana Felix, Leonardo Araújo, Erik Meneses, Rosângela Tigre, a todo grupo de pesquisa Cidadania e Políticas Públicas, as amigas que conheci nessa trajetória acadêmica Paula Huanna, Dayara Laffaet e ao amigo Rivelino Tavares que desde o momento do resultado da aprovação nesta Universidade esteve junto torcendo pelo meu sucesso. .

Ao meu orientador, prof.: Dr. Ranulfo Paranhos, por toda a contribuição dada não só no trabalho final, mas também em toda minha graduação, minha eterna gratidão. Agradecer aos professores que participaram da banca examinadora, José Alexandre Júnior, Diego Freitas e, por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de concluir minha graduação, sempre me guiando na fé em busca dos meus objetivos.

Resumo

Qual o efeito da intervenção econômica do Estado sobre a percepção de corrupção no mundo? O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar os efeitos da intervenção estatal sobre indicadores de economia dos países sobre a percepção de corrupção no mundo. Metodologicamente, utilizaremos estatística descritiva e inferencial, com de análise multivariada para testar a hipótese de que quanto maior o nível de intervenção econômica, maior é a percepção de corrupção. Tecnicamente, sistematizamos uma base de dados a partir variáveis de interesses extraídas das bases de informações *Quality of Government* (QOG), *Transparency International* (TI), *World Values Surveys* (WVS), *Freedom House*, *Quality of Democracy Index* (*The Economist*) e *Heritage Foundation*. Nossa unidade de análise corresponde aos países e os dados correspondem a informações do período de 2010 a 2015. Os resultados preliminares indicam que (1)....; (2).... ; e (3).

Palavras-chaves: Percepção de corrupção; Estados nacionais; Intervenção do Estado.

Abstract

Quais os efeitos da intervenção do Estado sobre a percepção de corrupção no mundo? O objetivo deste projeto é analisar os efeitos da intervenção estatal sobre indicadores de economia dos países sobre a percepção de corrupção no mundo. Metodologicamente, utilizaremos estatística descritiva e inferencial, com de análise multivariada para testar a hipótese de que quanto maior o nível de intervenção econômica, maior é a percepção de corrupção. Tecnicamente, sistematizamos uma base de dados a partir variáveis de interesses extraídas das bases de informações *Quality of Government* (QOG), *Transparency International* (TI), *World Values Surveys* (WVS), *Freedom House*, *Quality of Democracy Index* (*The Economist*) e *Heritage Foundation*. Nossa unidade de análise corresponde aos países e os dados correspondem a informações do período de 2010 a 2015. Os resultados preliminares indicam que (1)....; (2).... ; e (3).

Keywords: Percepção de corrupção; Estados nacionais; Intervenção do Estado..

LISTA DE SIGLAS

QOG - *Quality of Government*

TI - *Transparency International*

WVS - *World Values Surveys*

BEETS - *Business Environment and Enterprise Performance Survey*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística descritiva do <i>Escopo do Estado</i>	26
Tabela 2 - Estatística descritiva da <i>Liberdade Econômica (2017)</i>	28
Tabela 3 - Estatística descritiva da <i>Percepção de Corrupção (2017)</i>	30
Tabela 4 - Correlação de Pearson (r) entre Escopo do Estado x Percepção de Corrup...32	
Tabela 5 - Correlação de Pearson (r) entre Liberdade Econômica x Percepção de Co...33	
Tabela 6 - Correlação de Pearson (r) entre Liberdade Econômica x Escopo do Es.....33	
Tabela 7 - Modelo de regressão multivariada.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Histograma da variável Escopo do Estado	27
Gráfico 2 - Escopo do Estado(2017).....	27
Gráfico 3 - Liberdade Econômica (2017).....	29
Gráfico 4 - Liberdade Econômica (2017).....	29
Gráfico 5 - Histograma da variável percepção de corrupção.....	30
Gráfico 6 - Percepção de Corrupção (2017).....	31
Gráfico 7 - Escopo do Estado x Percepção de Corrupção.....	32
Gráfico 8 - Escopo do Estado x Percepção de Corrupção.....	33
Gráfico 9 - Liberdade Econômica x Escopo do Estado.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desenho de pesquisa.....	23
Quadro 2 – Banco de dados.....	23

SUMÁRIO

1 Introdução	13
2 Uma breve discussão sobre Intervenção dos Estados e Percepção de Corrupç...15	
3 Procedimentos Metodológicos.....	23
3.1 Explicitação do desenho de pesquisa.....	23
3.2 Opções técnicas para produção de resultados.....	24
3.3 Coleta e sistematização de base de dados.....	24
3.4 Resalva metodológica.....	25
4 Análise e Resultados.....	26
4.1 Estatística Descritiva.....	26
4.2 Cruzamento de dimensão Analítica.....	31
4.3 Testando Hipótese.....	34
5 Considerações Finais.....	38
6 Referências Bibliográfica.....	39

1. Introdução

A corrupção dos governantes quase sempre começa com a corrupção dos seus princípios.

Montesquieu

Lidar com o tema corrupção é a uma tarefa desafiadora para a Ciência Política, principalmente porque os agentes envolvidos na prática se esforçam para omitir suas estratégias. You e Khagram (2005) corroboram essa perspectiva ao afirmar que esse é um dos principais desafios enfrentados pelos estudiosos do assunto. Pensando nisso, nosso esforço aqui consiste em contribuir com essa agenda de pesquisa, analisando como a percepção de corrupção varia em diferentes países e que fatores podem ajudar a explicar essa variação.

A literatura internacional sobre o tema corrupção é bastante ampla, mas aqui lidamos especificamente com estudos sobre percepção de corrupção em nível comparado (SCOTT, 1972; INGLEHART, 1977, 1988, 1990, 2000; NORRIS, 1999; ROSE-ACKERMAN, 1999; DIAMOND, 1999; HELLMAN, JONES & KAUFMANN, 2000; JOHNSTON, 2000; TREISMAN, 1999, 2000; SELIGSON, 2002; JACMAN e MONTINOLA, 2002; POWER e GONZALES, 2003). Resumidamente, o principal objetivo dessa literatura é estimar a percepção da corrupção testando diferentes variáveis explicativas, tomando como unidade de análise estados nacionais.

Afim de cumprir com nossa tarefa de pesquisa, utilizamos um indicador de intervenção do Estado¹ sobre questões econômicas para comparar com o *Índice de Percepção de Corrupção*² produzido pela *Transparency International*. Além disso, utilizamos diferentes medidas de qualidade democrática produzidas por instituições como *Quality of Government* (QOG), *Transparency International* (TI), *World Values Surveys* (WVS), *Freedom House*, *Quality of Democracy* e o *The Economist (Index of Democracy)*. Nossa hipótese central de trabalho é que a intervenção do Estado em

¹ Essencialmente, nosso indicador é extraído de levantamentos de dados realizado pela *Heritage Foundation*: <https://www.heritage.org/>

² http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016?gclid=CL27x-64yNMCfQOAKQod8FAAKA

questões econômicas implica na percepção de corrupção de corrupção por parte de seus cidadãos. Em termos mais práticos, o que aqui chamamos de intervenção do Estado diz respeito a *gastos públicos* e *carga tributária*.

Para cumprir com nosso desenho de pesquisa esse trabalho de conclusão de curso apresenta mais quatro seções. A próxima parte faz uma breve revisão de literatura sobre a intervenção do Estado em questões econômicas e sobre a concepção de corrupção. Em seguida, apresentamos nossos procedimentos metodológicos, bem como a origem dos dados. O próximo passo é a apresentação dos resultados e suas respectivas análises. Por fim, serão feitas nossas considerações finais.

2. Uma breve discussão sobre Intervenção dos Estados e Percepção de Corrupção

*Acabar com a corrupção é o objetivo
supremo
de quem ainda não chegou ao poder.*

Millôr Fernandes

Segundo Omar (2001), desde o início dos anos 70 o governo entrou de vez na pauta do debate sobre o seu papel junto ao mercado e como o responsável por todos os males da sociedade: alta inflação, *déficit* público, alta dívida pública, ineficiência, empresas públicas onerosas, desperdício do dinheiro dos contribuintes, corrupção, etc. Somado a isso, o fracasso das economias dos países ex-socialistas, além da crise do Estado em países menos desenvolvidos nos anos 80 ofereceram um argumento persuasivo e munições para os que defendem o mercado contra o Estado. Esse debate nos leva ao cerne da intervenção do Estado em questões econômicas.

O tema intervenção do Estado não é novo na área de Ciência Política ou gestão pública. Além disso, pode suscitar diferentes conceitos e interpretações. Segundo o relatório Banco Mundial (1997, p. 4), o que ele considera como intervenção estatal pode acontecer de diversas formas na economia, que podem ser interpretadas também como funções de intervenção: formar uma base jurídica; manter políticas não-distorcionistas, estabilidade macroeconômica; investir em serviços básicos e infraestrutura; proteger os grupos vulneráveis; proteger o meio ambiente. Iglesias (2006) soma a esses elementos a função do Estado ter que promover o desenvolvimento tecnológico e de inovações.

Ainda nessa perspectiva de que o Estado precisa realizar intervenção sobre comportamento da sua economia doméstica, Lerda, Acquatella e Gómez (2005) defendem que o Estado deve efetuar sua intervenção de maneira eficiente no que diz respeito a gestão pública, promovendo uma prestação de serviços ao cidadão da melhor forma possível. Por sua vez, Frey (2001) advoga que a intervenção do Estado deve ser realizada através de planejamento e é função indispensável para evitar as externalidades negativas do processo de crescimento econômico e para corrigir distorções sociais e

econômicas já presentes nas sociedades. Mas Silva (2005) lança uma luz sobre o que aqui está sendo entendido como intervenção do Estado. O autor informa que a intervenção é a execução de políticas públicas no sentido de corrigir distorções de indicadores sociais, ou seja, essa primeira compreensão de intervenção estatal não se aplica conceitualmente à nossa pesquisa, uma vez que implica diretamente no uso de recursos públicos em forma de políticas públicas.

A fim de entrar nesse tema, de forma como entendemos nesse trabalho, é preciso iniciar a discussão pelos monetaristas, como Milton Friedman e pela escola da escolha pública de James Buchanan, que desenvolveram modelos teóricos para justificar o perfeito funcionamento das forças do livre mercado e diminuir o papel do governo na economia. Essa literatura nos leva a Smith (1776) (primeira publicação foi em 1776), que argumenta que o produto nacional de um país e o bem-estar da sociedade será melhor manejado quando cada indivíduo for livre para escolher a forma e a alocação de seu próprio capital. Basta dizer que Adam Smith (1776) estabelece uma superioridade dos mercados competitivos sobre qualquer modelo de regulação ao livre comportamento econômico, ou seja, menos regulação, menos intervenção só traria melhor saúde social e econômica aos países.

Mas mercados livres são infalíveis? Stiglitz (1993) identificou algumas falhas do mercado financeiro, em países em desenvolvimento e desenvolvidos. No primeiro grupo, os mercados não funcionam bem. O mesmo acontece nos países desenvolvidos em relação aos chamados mercados de capitais, em função da assimetria de informação, uma vez que a informação jamais é perfeita, o mesmo acontece com mercados que jamais serão completos. Diante disso, a intervenção dos governos funcionaria para desenvolver a infraestrutura institucional necessária para adotar as políticas capazes de promover para o bem-estar social. Monopólios financeiros, mercados incompletos, assimetrias de informação é tida como a causa do fracasso dos mercados para atingir a eficiência alocativa na economia, para obter o resultado ideal. Aqui se justificaria a presença do Estado como agente corretor de falhas e distorções, afim de garantir direitos básicos e justiça social. Mas Stiglitz (1993) chama atenção para o fato de que a intervenção deve ser em forma de tributação, regulamentação e subsídios.

Ainda nessa corrente intervencionista, Keynes (1933) também defendeu a intervenção dos governos em duas condições principais. A primeira é para oferecer um

ambiente onde investidores econômicos possam atuar, ou seja, intervir o mínimo para criar um cenário onde a livre concorrência possa ser realizada. A segunda condição é para corrigir as falhas do próprio sistema capitalista a fim de evitar sua degradação. Nesse sentido, a intervenção em Keynes está longe de ser um controle absoluto do Estado sobre o comportamento econômico instituído legislação cada vez mais restritiva. Até aqui a intervenção do Estado tem disso pensada para produzir resultados mais desejáveis à sociedade, onde governos que não deveriam intervir, mesmo assim faz. Ou seja, o Estado tem um função a desenvolver na estabilidade da sua economia doméstica.

Mas essa corrente teórica a respeito de Estado e economia não é unânime. Segundo Omar (2001), já pelo menos três escolas econômicas que apenas divergem da corrente que um governo interventor na economia traria estabilidade e correção necessária ao sistema, elas atacam frontalmente esse tipo de pensamento. São elas: monetarismo, expectativa racional e escolha pública. Juntas elas formam a corrente de pensamento mais difundida como neoliberalismo, cujo ponto central comum é a defesa de que o livre mercado é a força capaz de permitir o desenvolvimento das sociedades. Pereira (1992) diz que o que contribuiu para a consolidação dessas escolas foi o fracasso político e econômico das experiências socialistas, as crescentes dívidas públicas de países em desenvolvimento e industrializados que optaram por intervir demais no comportamento econômico.

O primeiro autor que merece destaque é Friedman (1968), que em defesa do monetarismo afirmou que o livre mercado é o meio para organizar recursos em detrimento às falhas do governo em tentar, por exemplo, controlar a inflação. Mais especificamente, a política monetária é o principal instrumento da política econômica, onde a intervenção do Estado na economia através da política fiscal não tem efeito positiva sobre a economia, muito pelo contrário, só faz aumentar a dívida pública. (FRIEDMAN, 1963).

Por sua vez, a escola de expectativa racional pode ser entendida como a continuação do monetarismo, só que mais radical. A saber, qualquer que seja a política econômica promovida por um governo, preocupada em promover alocação de recursos para melhor distribuir renda ou assegurar bem-estar social ampliado ou restrito a grupos menos favorecidos, não será capaz de produzir efeitos positivos em prazo algum. Segundo Lucas (1972; 1973), um dos expoentes dessa corrente de pensamento, o Estado

deve se abster ativamente de tentar produzir políticas econômicas, porque os resultados tem sido sempre indesejados. Essas afirmações foram reafirmadas em seguida por Sargente e Wallace (1975; 1976), no que passou a ser conhecido como a “proposição da ineficácia da política econômica”, cuja lógica seria: agentes racionais incorporariam a política econômica ao formarem suas expectativas, se antecipando aos seus efeitos. Este movimento tornaria inalterados os elementos da economia, como emprego e produto, anulando as intenções do governo.

A escola da escolha pública estabeleceu crítica ao processo de decisão política que envolvesse questões econômicas em regimes democráticos. A perspectiva de que agentes públicos agem na promoção do bem comum não tem conexão com o mundo real, a realidade é diferente desse “modelo romântico” (BUCHANAN, 1884). Assim, indivíduos agiriam em nome da maximização de ganhos individuais, não agindo diferente disso em processos políticos. Essa lógica diz que a intervenção do Estado contribui de forma ineficiente na alocação de recursos para a melhorar a situação sociais dos indivíduos. A intervenção do Estado tem distorcido e limitado o bem-estar econômico da sociedade (BUCHANAN, TOLIISON, TULLOCK, 1980), mesmo que seus representantes tenham boas intenções, os resultados tem sido um comportamento de ação em nome de interesses privados (BUCHANAN e TULLOCK, 1962; PINCUS, 1975; TULLOCK, 1967; POSNER, 1971; MCCHESENEY, 1997).

Nessa escolha não há uma rejeição às possibilidades de falhas do mercado, muito pelo contrário, se reconhece esse problema, mas elas são insignificantes em relação as falhas governo (BUCHANAN, TOLIISON, TULLOCK, 1980; BORGES, 2001). Em resumo, essas falhas podem ser traduzidas, essencialmente, na formação de grupos de interesse entre os políticos afim de controlar a alocação de recursos econômicos. A corrupção dentro da máquina pública surge como da intervenção do Estado. Por fim, a decisão político-econômica é feita por políticos sem competências necessárias ou conhecimento em assuntos econômicos. A recomendação de Martinussen (1997) como solução para esses problemas é muito clara: abolir a intervenção do Estado no mecanismo de mercado, liberalizar o comércio internacional e reduzir o tamanho do setor público.

Fukuyama (2013) tende a relacionar a intervenção do Estado ao seu tamanho, ou o que ele chama de *escopo*. Um Estado com escopo grande é aquele desempenha uma

grande quantidade de funções, possui muitas instituições sob a responsabilidade direta de gestão. Esse modelo de estado tem, conseqüentemente, uma atuação muito grande sobre as tomadas de decisões que dizem respeito à sua economia doméstica. Não apenas o escopo implica em funções de gestão, grande número de funcionários públicos, estatais de devem ser gerenciadas pela máquina pública, mas implica em intervenção direta na economia.

Apresentamos até aqui uma argumentação em torno da intervenção estatal e suas externalidades segunda a literatura. Ainda que hajam, e eles existem, teóricos defensores da mão do Estado sobre a economia. Que este Estado/Governo deveria produzir não apenas regulação, mas atuar de forma o mais abrangente possível sobre a vida econômica dos investidores ou ele mesmo ser um investidor, agente maximizador de lucros econômicos no mercado. Não negamos essa literatura, apenas não entramos no mérito da discussão, visto que essa pesquisa está fundamentada no que tentamos melhor apresentar, na ideia de a intervenção do Estado tende a produzir externalidades negativas. Optamos por esse caminho porque esse marco teórico define nossas escolhas metodológicas (questão de pesquisa e hipóteses de trabalho). Após tentativa de compreender o conceito de intervenção do Estado sobre a economia e defendido nossas escolhas teóricas, resta agora uma fundamental questão, a nossa questão de pesquisa: *intervenção econômica do Estado tem efeito sobre percepção de corrupção?*

Nossa resposta começa com Stigler (1971), que afirma que o Estado conta com a prerrogativa do poder de coação, determinando a movimentação de recursos e decisões econômicas em diferentes níveis. O autor está apontando para o comportamento da teoria de *rent-seeking*, que segundo Krueger,

em muitas economias orientadas para o mercado, as restrições governamentais sobre a atividade econômica são fatos comuns da vida. Essas restrições criam rendas de formas variadas, e as pessoas geralmente competem por rendas. Algumas vezes, essa competição é perfeitamente legal. Em outras instâncias, *rent-seeking* toma formas diferentes, como propina, corrupção, contrabando e mercado negro (1974: 291).

Esse tipo de comportamento só pode ser possível em cenários onde o Estado tem o poder de intervir politicamente em questões sobre economia. Appelbaum e Katz

(1987) afirmam que os próprios reguladores (políticos) podem se engajar em práticas maximizadoras e oportunistas.

Por sua vez, Alonso e Garcimartín (2011) analisam variáveis como instabilidade política e indicadores sociais como *proxy* para o potencial de corrupção em um país. De acordo com Power e Gonzales (2003), a corrupção tem sido registrada tanto em países que estão fazendo transição para modelos democráticos, quanto para países de tradição econômica liberal e democraticamente consolidada. Ndiaye (1998) argumenta que nenhum país do mundo é poupado dos efeitos negativos da corrupção.

Por sua vez, Klitgaard (1988, 1998) defende que a corrupção é mais endêmica em países pobres, não democráticos e politicamente voláteis. Segundo Treisman (1999), qualidade institucional, desenvolvimento econômico, estrutura do governo e variáveis como renda *per capita* devem ser levadas em consideração em estudos comparados sobre percepção de corrupção. Para Krueger (1980) e Bates (1990), a corrupção tende a aumentar com a intervenção do Estado na economia. Geddes e Ribeiro Neto (2000) seguem nessa mesma linha quando afirmam que a intervenção estatal, com regulamentação de subsídios, torna empresários dependentes de decisões administrativas e políticas do Estado, maximizando os interesses privados em intervir em questões públicas, abrindo espaço para se operar por meios corruptos. Mauro (1997) sistematiza uma lista de causas da corrupção, onde o maior número delas diz respeito a fatores econômicos ligados às decisões e/ou funções do Estado. O debate a respeito desse tema é extenso, mas defendemos aqui que o nível de intervenção econômica exerce um efeito explicativo sobre as percepções de corrupção.

A literatura sobre as externalidades da prática corrupção é bastante extensa. Hirschman (1983) apresenta uma argumentação em torno de aspectos sociopsicológicos para explicar o envolvimento dos indivíduos tanto na esfera pública como na privada, cujo comportamento corrupto está relacionado à falta de ativismo político. Além disso, uma sociedade com práticas veladas de corrupção tende a justificar o comportamento também corrupto de seus cidadãos.

Do ponto de vista mais prático e afim de usar exemplos de iniciativas com uso de *survey* com foco em questões sociais, os indicadores do *Freedom House*³ e do

³ <https://freedomhouse.org/>

*Political Risk Services*⁴ são dados produzidos a partir de questionários com especialistas. Os indicadores utilizados pelo Banco Mundial constituem exemplos de dados produzidos a partir de questionários aplicados a indivíduos e empresas. A organização não-governamental Transparência Internacional produz anualmente o *Índice de Percepção de Corrupção*⁵, com o objetivo de influenciar a elaboração de políticas públicas e boas práticas de combate à corrupção no mundo. De forma similar, o *World Values Surveys*⁶ afere opiniões no nível mundial acerca da percepção sobre diversos temas, entre eles, corrupção e capital social.

Na tentativa de mensurar as causas da percepção de corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2013) na América Latina, Moraes, Santos e Torrecillas (2014) correlacionaram com nível de confiança nos parlamentos e partidos políticos, e os resultados foram inconclusivos. Fraiha (2014) ao lidar com o tema percepção de corrupção, tenta encontrar variação do indicador em função da mudança dos padrões de exposição aos meios de comunicação, comportamento político e variáveis sociodemográficas. Mais especificamente sobre o Índice de Percepção de Corrupção da *Transparency International*, Fontana faz um esforço em resumir e explicar de forma mais didática a metodologia de construção do indicador e a origem dos dados.

Se de um lado, acadêmicos demandam esforços para descrever e explicar o fenômeno da corrupção, correlacionando-o com diferentes variáveis (gênero, religião, economia, cultura etc.), do outro lado, instituições independentes se esforçam em combater a corrupção e entender como cidadãos percebem esse fenômeno. Sumariamente, estudos sobre corrupção figuram nas mais diversas agendas de pesquisa e atuação tanto na academia, quanto em órgãos de controle dos Estados e iniciativas independentes.

Essa breve contextualização por si só justifica a necessidade de uma pesquisa sobre o tema. Além disso, nossa pesquisa se justifica ainda pela capacidade em sistematizar um conjunto de dados no nível mundial afim de construir informações válidas para explicar as causas da percepção da corrupção. Com o objetivo em enumerar mais especificamente nossa justificativa, primeiramente, essa pesquisa apresenta uma

⁴ <https://www.prsgroup.com/>

⁵ http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016?gclid=CL27x-64yNMCFOAkQod8FAAKA

⁶ <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>

contribuição original sobre o tema. Ainda que diferentes pesquisadores e agências tenham estudado o assunto, não há pesquisa que correlacione a percepção de corrupção com intervenção do Estado sobre a economia. Em segundo lugar, defendemos a necessidade cada vez maior de estudos acadêmicos sobre o fenômeno da corrupção em nível comparado que possam oferecer uma dimensão comparativa para o fenômeno, superando observações paroquiais. Por fim, esta pesquisa tem o potencial de oferecer explicação sobre o desenho institucional do Estado na percepção sobre corrupção.

De acordo com Gehlbach (2009), os estudos comparativos utilizam dois principais tipos de dados: *surveys* no nível individual e/ou de empresas e *surveys* com especialistas. Os indicadores mais amplamente utilizados nessa categoria de pesquisa são os produzidos pela *Transparência Internacional* e pelo *Banco Mundial*.

De uma maneira geral, a literatura sobre corrupção é vasta. Ela vai desde trabalhos com forte viés normativo, passando por estudos de caso, trabalhos em perspectiva comparada e diagnósticos realizados por agências internacionais. Ao se considerar a clivagem por disciplinas, tem-se estudos em Direito, Sociologia, Economia e Ciência Política em distintas subáreas. o presente trabalho de conclusão de curso lida especificamente com estudos sobre percepção de corrupção em nível comparado (SCOTT, 1972; INGLEHART, 1977, 1988, 1990, 2000; NORRIS, 1999; ROSE-ACKERMAN, 1999; DIAMOND, 1999; HELLMAN, JONES & KAUFMANN, 2000; JOHNSTON, 2000; TREISMAN, 1999, 2000; SELIGSON, 2002; JACMAN e MONTINOLA, 2002; POWER e GONZALES, 2003). O principal objetivo dessa literatura é estimar a percepção da corrupção testando diferentes variáveis explicativas.

3. Procedimentos Metodológicos

A maior corrupção se acha onde a maior pobreza está ao lado da maior riqueza.

José Bonifácio

Essa seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa, ou seja, a forma como foram coletados os dados, definidas as técnicas de análises, bem como faz a explicitação do desenho de pesquisa. Além disso, apresentaremos nossas principais limitações metodológicas para o melhor desenvolvimento dessa pesquisa. Nosso foco é garantir que esta pesquisa produza resultados replicáveis (KING, 1995), por isso optamos por descrever todas as etapas de como ela foi desenvolvida (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2013).

3.1 Explicitação do desenho de pesquisa

Kellstedt e Whitten (2013) afirmam que o desenho de pesquisa é o plano de trabalho que descreve os principais elementos da investigação afim de garantir a obtenção de evidências. Para satisfazer esses critérios, o quadro abaixo resume as características principais do desenho de pesquisa: questão de pesquisa, objetivos geral, principais técnicas estatísticas adotadas e origem dos dados.

Quadro 1 - Desenho de Pesquisa

Questão de Pesquisa	Quais os efeitos da intervenção econômica do Estado sobre a percepção de corrupção no mundo?
Objetivo Geral	Analisar os efeitos da intervenção estatal sobre indicadores de economia dos países sobre a percepção de corrupção no mundo.
Hipótese	Quanto maior o nível de intervenção econômica, maior é a percepção de corrupção.
Unidade de Análise	País
Técnica	Estatística descritiva e multivariada
Origem dos dados	<i>Quality of Government (QOG), Transparency International (TI), World Values Surveys (WVS), Freedom House, Quality of Democracy Index (The Economist) e Heritage Foundation.</i>

Fonte: Elaboração do autor (2018).

De forma suplementar, os objetivos específicos dessa pesquisa são:

- (1) Sistematizar uma base única de dados a partir dos bancos *Quality of Government* (QOG), *Business Environment and Enterprise Performance Survey* (BEETS), *International Transparency* (IT) e *Freedom House*;
- (2) Criar uma dimensão de *escopo* do tamanho do Estado;
- (3) Analisar o efeito de variáveis controle (democracia política, *rule of law*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cultura política e quantidade de mulheres no parlamento) sobre a percepção de corrupção.

3.2 Opções técnicas para produção de resultados

Estatística descritiva. E aqui utilizada para a testes preliminares dos dados, afim de encontrar *outliers* que pudessem ser extraídos da base de dados. Além disso, os resultados que informam sobre as unidades de análise e objeto de estudo serão discriminados com essa técnica, ou seja, a primeira parte da apresentação dos resultados comentados será realizada de forma descritiva afim de situar o leitor sobre o objeto de estudo e fornecer as informações preliminares comparadas sobre as variáveis aqui utilizadas.

Regressão Multivariada. Empregada para testar o efeito da intervenção econômica do Estado sobre a percepção de corrupção simultaneamente com uso de outras variáveis de controle como: democracia política, *rule of law*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cultura política e quantidade de mulheres no parlamento.

3.3 Coleta e sistematização da base de dados

Toda a coleta de dados foi realizada em repositórios públicos. Essa tarefa consistiu em localizar a base de dados, “baixar” e proceder com análises preliminares de cada banco de dados separadamente.

Em seguida realizamos a tarefa de juntar (mesclar) esses bancos de dados em uma única base. Essa tarefa foi realizada com auxílio do software livre R⁷. A unificação dos dados permitiu a operacionalização das análises preliminares, correções de erros sistemáticos (*data cleaning*) e testes exploratórios.

⁷ Leitores interessados podem acessar: <https://www.r-project.org/>

Por fim, disponibilizamos publicamente nossa bases de dados⁸ consolidada, bem como as rotinas computacionais, afim de assegurar que pesquisadores interessados em refutar ou replicar nossos achados tenham total possibilidade de fazê-lo.

3.4 *Ressalva metodológica*

Inicialmente o projeto previa a construção de um indicador de *Escopo do Estado* que comportasse um número maior de variáveis econômicas. Essa tarefa ainda está em desenvolvimento e deverá integrar resultados de futuras pesquisas. Para essa versão optamos por trabalhar com uma proposta de indicador de que aqui chamamos de Escopo do Estado (Gastos Públicos, Carga Tributária e Saúde Fiscal) (HERITAGE FOUNDATION, 2018). Esse indicador foi construído a partir da média aritmética simples das variáveis.

Afim de comprovar o nível de agregação entre essas variáveis propostas, realizamos um teste de Análise Fatorial (AF) e os resultados indicaram que a variável *Saúde Fiscal* tem 0,182 de comunalidade, indicando que deveria ficar de fora do modelo. Nossa opção metodológica foi considerar as variáveis *Gastos Públicos* e *Carga Tributária*, para um indicador executado com média aritmética simples.

⁸ <http://www.gcpp.com.br/>

4. Análise dos Resultados

*Corrupção, a partir de certo nível, exige que todos sejam corruptos.
Quem se recusa é alvo de pressões insustentáveis.
É um processo de seleção negativo.*

Ladislau Dowbor

Nessa seção apresentamos os nossos principais achados da pesquisa. A estratégia aqui é expormos inicialmente os gráficos que representam as variáveis (VI: Escopo do Estado; VD: Percepção de Corrupção). Além disso analisaremos a estatística descritiva referente a essas dimensões. Em seguida faremos uma discussão sobre a correlação entre Escopo do Estado e Percepção de Corrupção através da técnica de Correlação de Pearson. Caso haja correlação positiva e significativa entre as duas, é porque sempre que temos um Estado com maior escopo no sentido de gastos públicos, também teremos maior percepção de corrupção, o que nos leva à nossa hipótese alternativa (*quanto menor o escopo do Estado, menor a percepção de corrupção*). Para testarmos a hipótese do efeito do escopo do Estado sobre percepção de corrupção usaremos um modelo de regressão multivariado, com auxílio de variáveis de controle. Vale ressaltar que trabalhamos com uma base de dados que conta com 189 países.

4.1 Estatística descritiva

Os primeiros resultados dizem respeito à variável *Escopo do Estado*. A tabela abaixo apresenta os dados da estatística descritiva dessa variável.

Tabela 1 - Estatística descritiva do *Escopo do Estado*

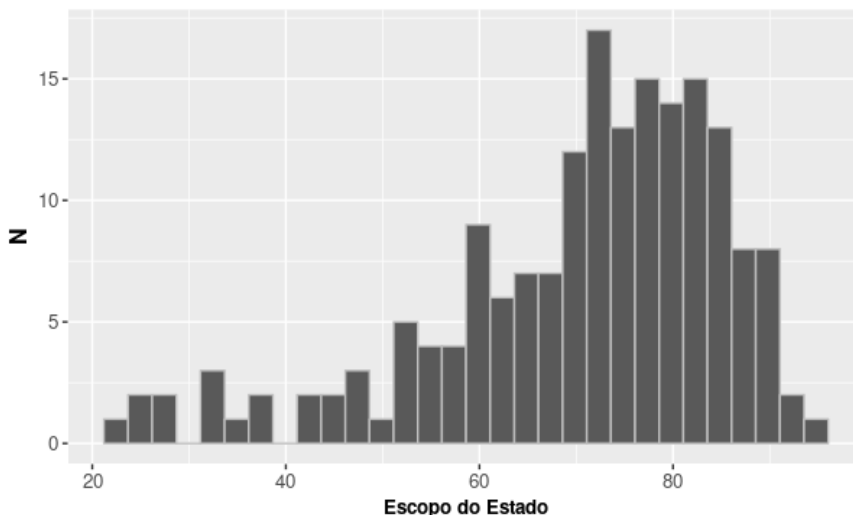
N	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio
179	21,47	93,81	73,5	70,05	16,07

Fonte: Elaboração do autor (2018).

Essa dimensão varia de zero a 100, onde Estados com valores menores representam estados com menor Escopo e o contrário é verdadeiro. A média é 70,05 com um desvio padrão de 16,07. O Turcomenistão apresentou o maior valor (93,81), ou

seja, possui o maior Escopo de Estado, enquanto a Dinamarca apresentou o menor valor (21,47)⁹. O histograma abaixo ilustra a distribuição dessa variável.

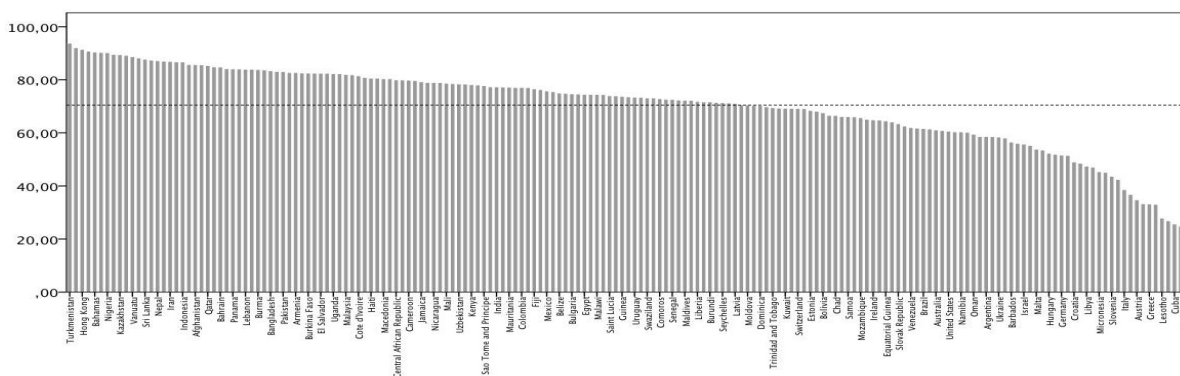
Gráfico 1 - Histograma da variável Escopo do Estado



Fonte: Elaboração do autor a partir de *Heritage Foundation* (2017).

O histograma mostra uma concentração de casos (países) em torno do escore 80. Em termos técnico os dados são assimétricos à esquerda, isso quer dizer que a maioria dos países apresentou um valor comparativamente alto para essa dimensão analítica. Uma forma de visualizar melhor essa informação com o auxílio do gráfico de barras, com todos os países.

Gráfico 2 - Escopo do Estado (2017)



Fonte: Elaboração do autor a partir de *Heritage Foundation* (2017).

⁹ Os países Coreia do Norte, Iraque, Yemen, Granada, Laos, Mianmar, Eslováquia, Sudão do Sul, Somália e Síria constam na base de dados, mas não possuem valores para a construção desse indicador.

Esse gráfico mostra os países em função do seu escopo, cuja linha pontilhada representa a média. De forma mais direta, as informações aqui só complementam os resultados do histograma e da estatística descritiva, com a vantagem de que é possível visualizar a posição do país¹⁰. A próxima dimensão a ser analisada é a *Liberdade Econômica*, que é um indicador composto por seis outras variáveis: Liberdade Fiscal, Gastos do Governo, Liberdade de Trabalho, Liberdade Comercial, Liberdade de Investimento e Liberdade Comercial¹¹. A tabela abaixo resume as medidas descritivas sobre essa variável.

Tabela 2 - Estatística descritiva da *Liberdade Econômica*¹² (2017)

N	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio
178	0,8	90,4	64,85	63,44	10,33

Fonte: Elaboração do autor a partir de *Heritage Foundation* (2017).

Essa dimensão varia de zero a 100, onde Estados com valores menores representam estados com menor liberdade econômica e valores maiores uma economia mais aberta. A Média é 63,44 com um desvio padrão de 10,33. A Coreia do Norte apresentou o menor valor (0,8), ou seja, possui a menor liberdade econômica, enquanto Hong Kong apresentou o maior valor (90,4).

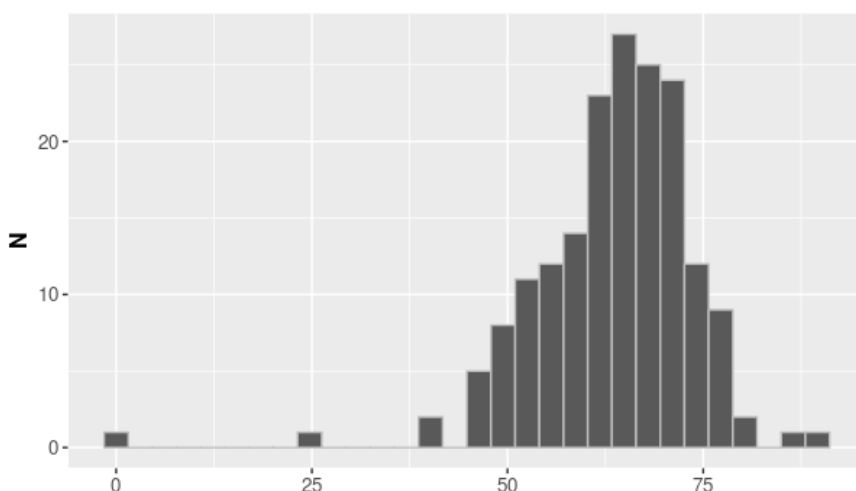
O histograma abaixo descreve o comportamento de dispersão da variável em torno da média.

¹⁰ Informação detalhada com todos os países só é melhor visualizada em uma tabela completa ou diretamente na base de dados. Para efeito de apresentação de resultados optamos por produzir um gráfico que não comprometesse a diagramação desse documento.

¹¹ Conceitos das variáveis e metodologia para a construção do indicador pode ser conferido em <https://www.heritage.org/index/pdf/2016/book/methodology.pdf>

¹² Afeganistão, Grenada, Iraque, Líbia, Myanmar, Eslováquia, Somália, Sudão do Sul, Síria e Yemen não possuem valores mensuração dessa dimensão analítica.

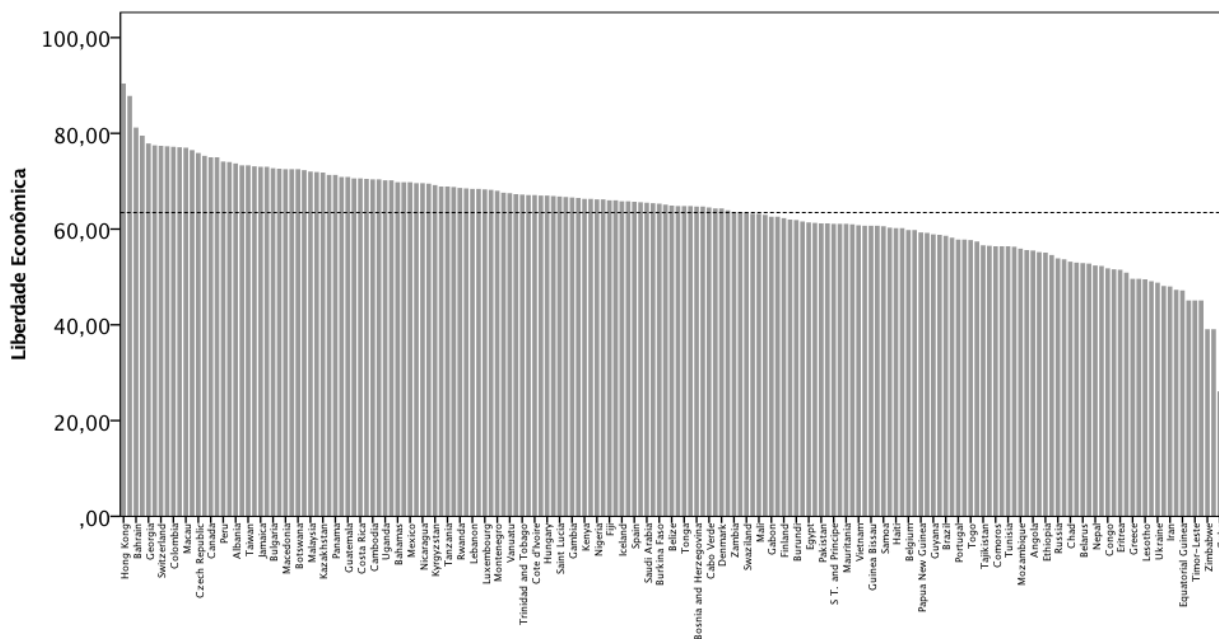
Gráfico 3 - Liberdade Econômica (2017)



Fonte: Elaboração do autor a partir de *Heritage Foundation* (2017).

Percebe-se uma concentração mais ao lado direito da distribuição dos casos. A dimensão Liberdade Econômica implica em dizer que o mercado é mais livre para atuar e esse conceito está diretamente ligado à nossa hipótese de trabalho, de que quanto menos a interferência do Estado em questões econômicas, tanto menor a sensação da população de que há corrupção ocorrendo nos órgãos públicos. Aqui a concentração está abaixo de 75,0 ponto, de uma dimensão que varia de 0 a 100 (quanto menor o valor referente ao país, tanto menor a sua liberdade econômica).

Gráfico 4 - Liberdade Econômica (2017)



Fonte: Elaboração do autor a partir de *Heritage Foundation* (2017).

Os países com menor liberdade econômica são Coreia do Norte (0,80), Cuba (26,10), Venezuela (39,10) e Zimbábue (39,10). Hong Kong está no oposto, na posição de Estado com o mais elevado nível de liberdade econômica (90,40). A seguir adotamos estratégia semelhante para descrever a variável *percepção de corrupção*. A tabela abaixo resume a sua estatística descritiva.

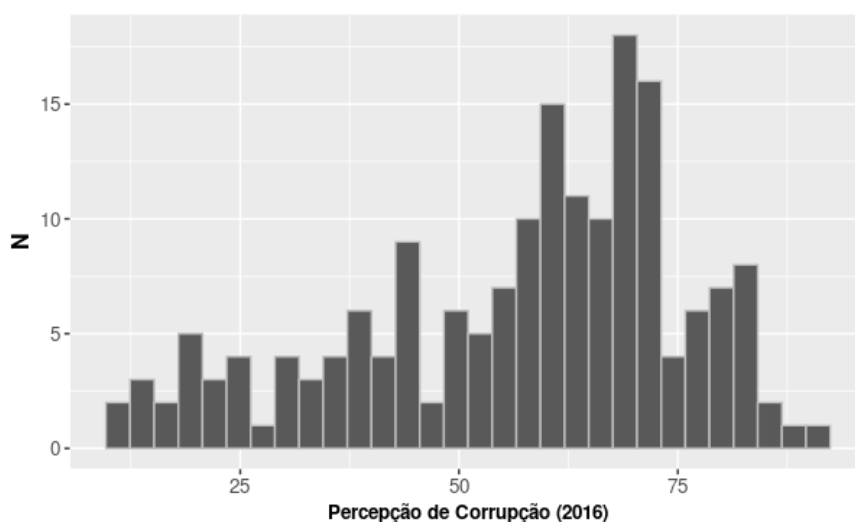
Tabela 3 - Estatística descritiva da *Percepção de Corrupção* (2017)¹³

N	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio
179	11,0	91,0	61,0	56,8	19,03

Fonte: Elaboração do autor a partir de *Transparency International* (2017).

A *percepção de corrupção* varia com números inteiros, o que faz o indicador se assemelhar a um *ranking*, mas é apenas uma impressão. Os valores mais altos indicam maior percepção e os mais baixos indicam o contrário. A média é de 65,8 com um desvio padrão de 19,03. O valor mínimo é 11 e o mais elevado é 91. O histograma abaixo ilustra a distribuição dessa variável.

Gráfico 5 - Histograma da variável *percepção de corrupção*



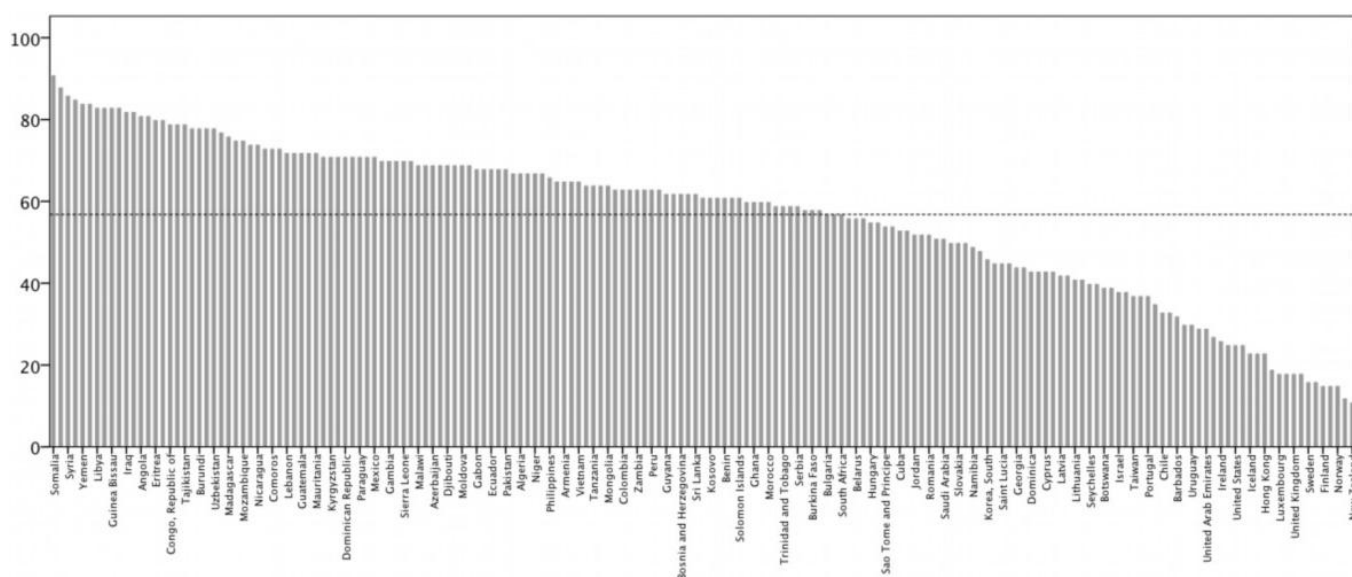
Fonte: Elaboração do autor a partir de *Transparency International* (2017).

¹³ Não há informação sobre essa dimensão para Congo, Burna, Macau, Tonga, Fiji, Belize, Ilhas Samoa, República da Eslováquia, Micronésia e Kiribati.

O histograma mostra uma concentração de casos (países) entre os escores 50 e 75. Em termos técnicos os dados são assimétricos à esquerda, isso quer dizer que a maior parte dos países apresentou um valor comparativamente alto para percepção de corrupção. Uma forma de visualizar melhor essa informação é com o auxílio do gráfico de barras, com todos os países.

O gráfico abaixo ilustra a disposição dos países em relação à dimensão *percepção de corrupção*.

Gráfico 6 -Percepção de Corrupção (2017)



Fonte: Elaboração do autor a partir de *Transparency International* (2017).

A maior *percepção de corrupção* está na Somália (91,0) e o país com o menor escore é Nova Zelândia (11,0). A linha tracejada representa a média. Percebe-se que a maioria dos países estão acima da média. Por exemplo, o Brasil tem 63,0 pontos nessa escala, integrando o grupo acima da média.

4.2 Cruzamento de dimensões analíticas

A estratégia nessa subseção é cruzar as dimensões previamente descrita afim de encontrar correlações entre elas. Caso haja correlações, implica em dizer que, é provável que o comportamento de uma dimensão está correlacionado com o comportamento da outra. Em termos mais práticos, esperamos que haja correlação positiva e significativa entre *Escopo do Estado* e *Percepção de Corrupção* e que

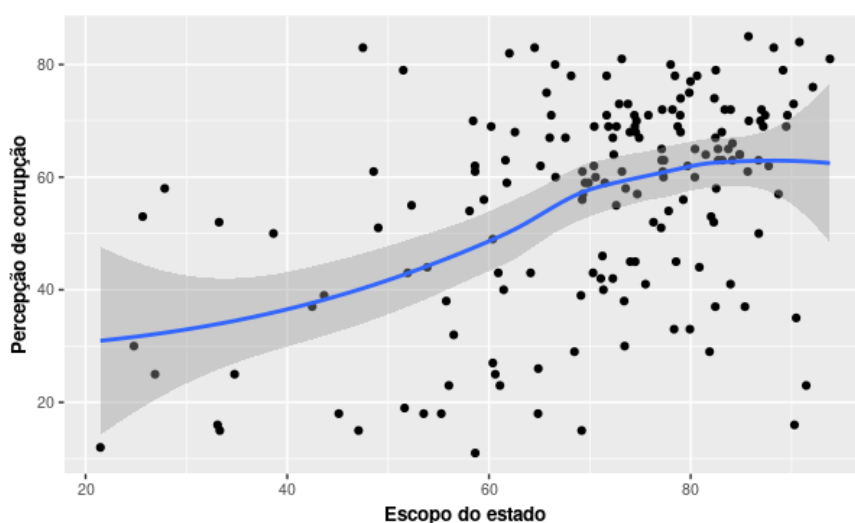
também ocorra correlação negativa e significativa entre *Liberdade Econômica* e *Percepção de Corrupção*. Havendo correlação, é provável que essas duas dimensões estejam explicando o comportamento de como as pessoas em seus países percebem a corrupção ligada a instituições públicas. Abaixo apresentamos a correlação de Pearson (r).

Tabela 4 - Correlação de Pearson (r) entre Escopo do Estado x Percepção de Corrupção

<i>r</i>	<i>t</i>	df	p-valor
0,386	5,424	200	0,000

A correlação foi positiva e moderada ($r=0,386$) e significativa ($p\text{-valor}<0,000$), o que dizer que nossa expectativa em relação aos fenômenos analisados está se cumprindo. O gráfico abaixo ilustra melhor essa distribuição das duas dimensões.

Gráfico 7 - Escopo do Estado x Percepção de Corrupção



Fonte: Elaboração do autor (2018).

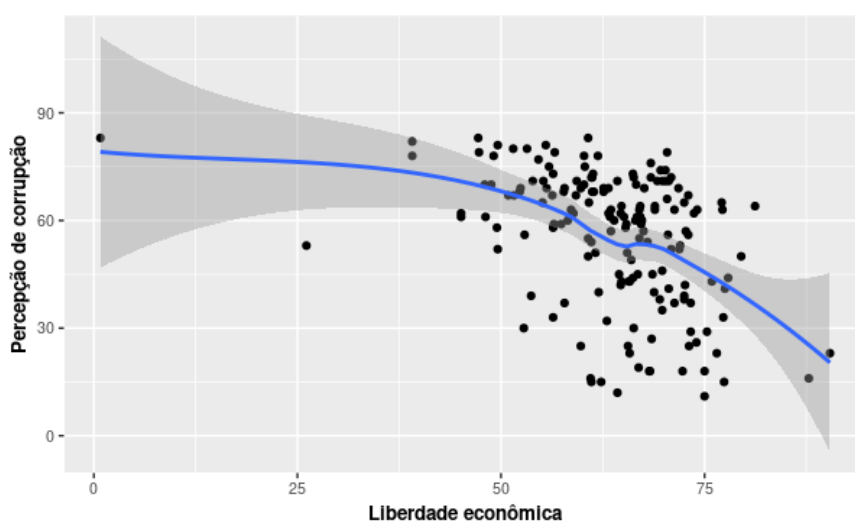
A linha do eixo *x* (Escopo do Estado) representa a variável independente, ou seja, a variável que tenta explicar a percepção de corrupção. O que se espera em um gráfico de dispersão é que quando mais alinhado em forma de uma reta estiverem os pontos, maior a sua correlação. No nosso caso, a nossa correlação foi moderada e, por isso, a sensação de reta não é tão perceptível. A seguir, repetiremos o processo com a dimensão Liberdade Econômica, mantendo a percepção de corrupção.

Tabela 5 - Correlação de Pearson (r) entre Liberdade Econômica x Percepção de Corrupção

<i>r</i>	<i>t</i>	df	p-valor
-0.419	-5.95	200	0.000

A correlação foi negativa e moderada ($r = -0,419$) e significativa ($p\text{-valor} < 0,000$), o que quer dizer que a relação está na direção esperada pela hipótese. O gráfico abaixo ilustra melhor essa distribuição.

Gráfico 8 - Escopo do Estado x Percepção de Corrupção



Fonte: Elaboração do autor (2018).

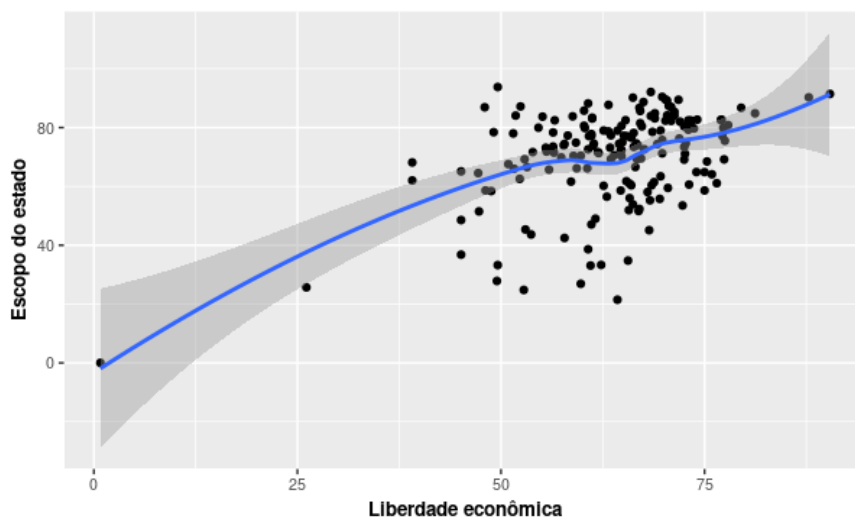
O gráfico apresenta uma correlação negativa. O que significa dizer que valores altos de liberdade econômica estão associados a valores baixos de percepção de corrupção.

Tabela 6 - Correlação de Pearson (r) entre Liberdade Econômica x Escopo do Estado

<i>r</i>	<i>t</i>	df	p-value
0.452	6.7	200	0.000

O teste indica uma correlação positiva e moderada ($r=0.452$) entre liberdade econômica e Escopo do Estado e que essa correlação é significativa ($p=0.000$). O gráfico abaixo representa essa relação.

Gráfico 9 - Liberdade Econômica x Escopo do Estado



O gráfico indica que países com economias mais abertas apresentam menor escopo do Estado. Em conjunto esses resultados parece indicarem que os níveis de corrupção dos países analisados são em certa medida dependentes do tamanho do Estado e de sua liberdade econômica. Os próximos testes avaliam o relacionamento conjunto entre todas essas variáveis.

4.3 Testando a hipótese

A tabela abaixo apresenta quatro modelos de regressão linear mobilizando um conjunto de variáveis para explicar a percepção de corrupção. No primeiro modelo inserimos as variáveis mais importantes para nosso trabalho que lida com o escopo do estado e liberdade econômica dos países. No segundo modelo adicionamos variáveis para controlar a qualidade do regime político usando o índice de democracia política e de estado de direito do *Freedom House*. No terceiro modelo inserimos o índice de desenvolvimento humano e renda per capita do Banco mundial, mas disponíveis no QOG. No último modelo inserimos o índice de Cultura Política da Transparência Internacional e o percentual de mulheres no parlamento do QOG para controlar por fatores relacionados ao capital social dos países. Em conjunto queremos observar se o efeito do tamanho do estado continua na direção e com a significância esperada mesmo quando controlado por variáveis tradicionais.

Tabela 7 - Modelo de regressão multivariada

<i>Dependent variable:</i>				
corrupcao				
	(1)	(2)	(3)	(4)
Liberdade Econômica	-1,310*** (0,100)	-0,710*** (0,114)	-0,392*** (0,138)	-0,372*** (0,136)
Escopo Estado	0,834*** (0,065)	0,393*** (0,075)	0,191** (0,087)	0,163* (0,089)
Democracia Política		-2,920*** (0,636)	-2,230*** (0,711)	-1,860*** (0,703)
Rule of law fh		-4,280*** (0,565)	-3,760*** (0,619)	-2,910*** (0,657)
Desenvolvimento Humano			-0,305*** (0,069)	-0,274*** (0,069)
Desigualdade de Renda			0,065 (0,101)	0,058 (0,105)
Cultura Política TE				-2,630*** (0,782)
Mulheres Parlamento qoq				-0,050 (0,076)
Constant	80,700*** (5,990)	128,000*** (10,700)	132,000*** (14,400)	137,000*** (14,500)
Observations	167	156	118	109
R ²	0,589	0,734	0,778	0,804
Adjusted R ²	0,584	0,727	0,766	0,789
Residual Std. Error	12,000 (df = 164)	9,730 (df = 151)	8,670 (df = 111)	8,310 (df = 100)
F Statistic	118,000*** (df = 2; 164)	104,000*** (df = 4; 151)	64,800*** (df = 6; 111)	51,400*** (df = 8; 100)

Note: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Usamos a liberdade econômica e escopo do estado como indicadores do tamanho do estado de forma geral, países com alta intervenção na economia e uso da máquina estatal. O modelo 1 indica que o efeito da liberdade econômica é negativo (-1,310) e significativo ($p < 0,01$) sobre a percepção de corrupção. Isso significa que esperamos uma redução de -1,310 para cada unidade de aumento na liberdade econômica. Por outro lado, é esperado um aumento de 0,834 na percepção de corrupção para cada aumento no escopo do estado ($p < 0,01$). Em sentidos diferentes o resultado segue o esperado teoricamente, maior intervenção do estado na economia para indicar maior percepção de corrupção.

Esses resultados são o efeito direto dessas variáveis sobre a corrupção. No modelo seguinte adicionamos controles relacionados ao regime político e sua qualidade. É esperado uma redução de 2,920 na percepção de corrupção para cada unidade de aumento no nível de democracia do país. Por sua vez, espera-se uma redução de 4,280 para cada nível de rule of law do país. Em conjunto, essas variáveis indicam não só que democracias importam para redução da corrupção, mas também leva em conta a qualidade da democracia indicando que quanto melhor, menor a corrupção percebida. Ao controlar por essas variáveis o efeito da liberdade econômica e do escopo do estado reduziu de tamanho, mas continuaram significativas.

No modelo 3 adicionamos variáveis para controlarmos as relações com indicadores de qualidade de vida. Observamos que o IDH tem efeito negativo (-0,305) e significativo ($p < 0,01$) sobre a percepção de corrupção. Por outro lado, desigualdade de renda apresentou efeito positivo como esperado porém sem significância estatística. Ao que parece corrupção não é função somente de desigualdade de renda, antes depende outros fatores como mostra o IDH. Países com maior desenvolvimento humano apresentam taxas de percepção de corrupção menores. Novamente, observamos mais uma redução do efeito do escopo do estado (0,191) e da liberdade econômica (-0,392) mantendo o mesmo sinal e significância estatística.

No que se refere ao ajuste do modelo, observamos uma melhora considerável do R^2 ajustado entre o primeiro e segundo modelo (0,584 e 0,727 respectivamente). Nos modelos seguintes, apenas melhoras de menor magnitude. Observamos redução do N uma vez que possuímos menos informações para todas variáveis inseridas.

Finalmente, o modelo 4 conta com a adição de variáveis de capital social em conjunto com as demais. A cada unidade de aumento na cultura política do país espera uma redução de -2,630 na percepção de corrupção. Por sua vez a variável de mulheres no parlamento apresentou sinal negativo como esperado, mas não apresentou significância estatística. Este último modelo é o que possui maior ajuste (R^2 ajustado de 0,789). O incremento de variáveis culturais não afetou da mesma maneira nossas variáveis de interesse indicando maior confiabilidade dos coeficientes estimados. O efeito da liberdade econômica sobre a percepção de corrupção ficou em -0,372 e do escopo de estado em 0,163.

Em resumo os quatro modelos está de acordo com os achados recentes da literatura. A qualidade do regime, o desenvolvimento humano e a cultura política dos países importam significativamente para explicar a corrupção. Por sua vez, não encontramos significância para desigualdade de renda e participação de mulheres no parlamento. O objetivo desse trabalho foi testar o efeito de duas novas variáveis que tentam mensurar o grau de intervenção do estado na economia e o tamanho do estado. Observamos que quanto mais livre é a economia de uma país menores as taxas de percepção de corrupção. Por sua vez, quanto maior o escopo do estado maior a percepção de corrupção. Esses resultados foram significativos mesmo controlando por um conjunto de variáveis que demonstrando seu papel reduziram o efeito do escopo do estado e da liberdade econômica, mas que não reduziram sua significância.

5. Considerações Finais

*Quando os homens são puros,
as leis são desnecessárias.
Quando são corruptos,
as leis são inúteis.*

Thomas Jefferson

A tentativa desde trabalho de pesquisa foi contribuir para a Ciência Política, em particular, por meio de uma análise quantitativa sobre a complexidade do tema intervenção econômica e percepção de corrupção, em mais de 170 países. Assumimos aqui que a nossa variável dependente (percepção de corrupção) não é corrupção em si, mas uma proxy explicativa. Nosso esforço central foi testar se existe ou não uma relação de causalidade entre indicadores econômicos relacionados ao Estado e nossa variável dependente.

Metodologicamente usamos diferentes fontes de bases secundárias e tratamos os dados com estatística descritiva para mensurar o tamanho do Estado no que diz respeito a gastos públicos, liberdade econômica. Os resultados preliminares já nos mostraram que tanto o tamanho do Estado, quanto a intervenção econômica apresentaram correlações moderadas quando cruzados com percepção de corrupção. Afim de testar se essas correlações implicam em efeitos, realizamos uma análise multivariada, com diferentes indicadores (Democracia Política, Rule of Law, Desenvolvimento Humano, Desigualdade de Renda, Cultura Política e Percentual de Mulheres no Parlamento), cujo modelo que agrega todas essas variáveis, mais Liberdade Econômica e Escopo do Estado, explicativo de 78,9% do fenômeno percepção de corrupção.

Em resumo, rejeitamos nossa hipótese nula e corroboramos nossa hipótese alternativa, ou seja, Estados “grandes” e que atuam no sentido de intervir mais em questões econômicas, somado a variáveis de capital social e outras, tende a explicar a percepção de corrupção de sua população em relação à esfera pública. Esperamos contribuir para a Ciência Política em um tema tão atual

Referências Bibliográficas

ALONSO, J. A; GARCIMARTÍN, C. *Acción colectiva y desarrollo. El papel de las instituciones*. Madrid: Complutense, 2008.

APPELBAUM, E.; KATZ, E. Transfer seeking and avoidance: On the full social costs of rent-seeking. *Public Choice* 48: 175-181, 1986.

BATES, R. "Macropolitical economy in the field of development". In: ALT, J. e SHEPLSE, K. (Orgs). *Perspectives on Positive Political Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1990.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997*. Washington/USA, 1997.

BORGES, A. Democracia vs. Eficiência: a teoria da escolha pública. *Lua Nova*, (53), 159-179, 2001.

BUCHANAN, J.M. Politics without romance: A sketch of positive public choice theory and its normative implications. *The theory of public choice II*, 11-22, 1984.

BUCHANAN, J.; TULLOCK, G. *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1962

BUCHANAN, J.; TOLLISSON, R.; TULLOCK, G. (Eds.) *Toward a theory of the rent-seeking society*. Collage Station :Texas A&M University Press., 1980.

DIAMOND, L. *Developing Democracy : Toward Consolidation*. Baltimore : Johns Hopkins University Press. 1999.

FONTANA, B. O Índice de Percepção de Corrupção no setor público e os padrões de corrupção no Mundo. *Revista Âmbito Jurídico*, 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19339&revista_caderno=16>. Acesso em: 29 mar. 2018.

FRAIHA, P.S. Indicadores de Percepção da Corrupção: Variações sob o Efeito dos Meios de Comunicação e Comportamento Político. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, São Paulo, V. 15, p. 59-76, out., 2014

FRIEDMAN, M. *A monetary history of the United States, 1867-1960*. Princeton: Princeton University, 1963.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. *American Economic Review*, p.1-17, Mar. 1968.

FUKUYAMA, F. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

GEDDES, B.; RIBEIRO NETO, A. "Fontes Institucionais da Corrupção no Brasil", in:

ROSENN, K. & DOWNES, R (Orgs.). *Corrupção e Reforma Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

GEHLBACH, S. (2009). What Can Firm and Household Surveys Tell Us About Expert Assessments of Corruption? Trabalho apresentado na APSA - American Political Science Association, Oct.,2009
<<http://indicatorsinfo.pbworks.com/f/MEMO+merge.pdf>>

HELLMAN, J., JONES, G. & KAUFMANN, D. *Seize the State, Seize the Day: An Empirical Analysis of State Capture and Corruption in Transition Economies*. Paper presented at the *Annual Congress of the ABCDE*, Washington, D. C., 2000.

HIRSCHMAN, A. *De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

IGLESIAS, E. V. El papel del Estado y los Paradigmas Económicos en América Latina. *Revista de La CEPAL*, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/ ONU, n. 90, dic. 2006.

INGLEHART, R. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, Nov. 1988.

INGLEHART, R. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

JACKMAN, R. & MONTINOLA, G. Sources of Corruption: A Cross-Country Study. *British Journal of Political Science*, Colchester, v. 32, n. 1, p. 147-170, Jan. 2002.

JOHNSTON, M. The New Corruption Rankings: Implications for Analysis and Reform. Paper presented at the *World Congress of the International Political Science Association*, Quebec, Canada, from August 1st to 5th 2000.

KEYNES, J.M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KLITGAARD, R. *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press, 1988.

KLITGAARD, R. *International Cooperation against Corruption. Finance and Development*. Washington, D.C., v. 35, n. 1, p. 3-6. Mar. 1998.

KRUEGER, A. "The Political Economy of Rent-Seeking Society". In: BUCHANAN, J, TOLLISON, R. e TULLOCK, G. (Orgs). *Toward a Theory of the Rent-Seeking Society*. College Station, Texas, A&M Press, 1980.

LERDA, J.C.; ACQUATELLA, J.; GÓMEZ, J.J. "Coordinación de políticas públicas:

desafios y oportunidades para una agenda fiscal-ambiental”. In: ACQUATELLA, J.; BÁRCENA, A. (Eds.). *Política fiscal y medio ambiente: bases para una agenda común*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/ONU, 2005.

LUCAS, R.E. Expectations and the Neutrality of Money. *Journal of Economic Theory*, April, 1972.

LUCAS, R.E. Some International Evidence on Output-Inflation Tradeoffs. *American Economic Review*, June, 1973.

MAURO, P., “Why Worry about Corruption”. *Economic Issues* 6. Washington D.C., Fundo Monetário Internacional, 1997.

MCCHESENEY, F. *Money for nothing: politicians, rent extraction, and political extortion*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MORAES, T.P.B. de; SANTOS, R.M.; TORRECILLAS, G.L. da S. Qualidade democrática, percepção de corrupção e confiança política na América Latina. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 12-29, 2014.

NDIAYE, K. *Latin America: A Changing Reality. Finance and Development*. Washington, D.C., v. 35, n. 1, p. 79-81, 1998.

OMAR, J.H.D. O papel do governo na economia. *Rev. Indicadores Econômicos FEE*, V29, N.1, 2001.

PEREIRA, L.C.B. *A crise do estado*. São Paulo: Nobel, 1992.

PINCUS, J.J. Pressure groups and the pattern of tariffs. *Journal of Political Economy* 83, no. 4 (August): 757-78, 1975.

POSNER, R. Taxation by regulation. *Bell Journal of Economic and Management Science*, New York, v.2, n.1, Spring, 1971.

POWER, T. J.; GONZALEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003.

ROSE-ACKERMAN, S. *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*. New York: Cambridge University Press, 1999.

SARGENT, T.J.; WALLACE, N. Rational expectations, the optimal monetary instrument and the optimal money supply rule. *Journal of Political Economy*, April, 1975.

SARGENT, T. J.; WALLACE, N. Rational expectations and the Theory of Economic Policy. *Journal of Monetary Economics*, April, 1976.

SELIGSON, M. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. *Journal of Politics* , v. 64, n. 2, p. 408-433, May. 2002.

SILVA, C.L. *Investimento estrangeiro direto: da dependência à globalização*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1a ed., 1983

STIGLITZ, J.E. "The role of government in economic development". In: *ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS*. Washington, D.C.: World Bank, 1993.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perceptions Index 2013*. Berlin, Germany, 2013. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2013>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TREISMAN, D. Decentralization and Corruption: Why Are Federal States Perceived To Be More Corrupt? Paper presented at the *Annual Congress of the American Political Science Association*, Atlanta, Sept. 1999.

TREISMAN, D. 2000. The Causes of Corruption: A Cross-National Study. *Journal of Public Economics*, v. 76, n. 3, p. 399-457, June, 2000.

TULLOCK, G. 'The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft' *Western Economic JOURNAL*, 5, pp. 224-232, 1967.

YOU, J.-S.; KHAGRAM, S. A Comparative Study of Inequality and Corruption. *American Sociological Review*, Vol. 70, No. 1, pp. 136-157, feb., 2005.

